

PLANO DE URBANIZAÇÃO

ÁREA DE FRACIONAMENTO ILEGAL DA PROPRIEDADE RÚSTICA DE VILA NOVA DE MILFONTES

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RESUMO NÃO TÉCNICO



AGOSTO DE 2022

Esta página foi deixada em branco propositadamente.

Ficha Técnica do Documento

Título:	Resumo Não Técnico da Avaliação Ambiental Estratégica do Plano de Urbanização da Área de Fracionamento Ilegal da Propriedade Rústica de Vila Nova de Milfontes
Descrição:	Documento que sumariza e traduz o conteúdo do Relatório Ambiental (RA) da AAE da proposta do Plano de Urbanização da Área de Fracionamento Ilegal da Propriedade Rústica de Vila Nova de Milfontes, tornando este documento mais acessível a um grupo mais alargado de interessados.
Data de produção:	16 de setembro de 2020
Data da última atualização:	11 de agosto de 2022
Versão:	05
Desenvolvimento e produção:	GeoAtributo, C.I.P.O.T., Lda. e Município de Odemira
Coordenador de Projeto:	Ricardo Almendra Geógrafo - Planeamento e Gestão do Território
Equipa técnica:	Célia Mendes Geógrafa - Planeamento e Gestão do Território Elisa Bairrinho Arquiteta Paisagista
Equipa do Município	Sónia Correia Arquiteta Sheila Marcelino Urbanista
Consultores:	Manuel Miranda Planum – Assessorias e Projetos, Lda.
Código de documento:	183
Estado do documento	Entrega Final – aprovação em sede de assembleia municipal.
Código do Projeto:	021021101
Nome do ficheiro digital:	0211_puafipr_rnt_v05

Esta página foi deixada em branco propositadamente.

ÍNDICE DE ACRÓNIMOS

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
AFIPR	Área de Fracionamento Ilegal da Propriedade Rústica
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
ARH	Administração da Região Hidrográfica
ARS	Administração Regional de Saúde
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
COS	Carta de Uso e Ocupação do Solo de Portugal Continental
CM	Caminho Municipal
DA	Declaração Ambiental
DGOTDU	Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
DGT	Direção-Geral do Território
EDP	Energias de Portugal, S.A.
EM	Estrada Municipal
ENAAC	Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas
ENCNB	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade
ENDS	Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável
ETA	Estação de Tratamento de Água
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
ER	Estrada Regional
ERAE	Entidades com responsabilidades ambientais específicas
FA	Fatores Ambientais
FCD	Fatores Críticos para a Decisão
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
IGT	Instrumentos de Gestão Territorial
INE	Instituto Nacional de Estatística
IP, S.A.	Infraestruturas de Portugal, S. A.
PDM	Plano Diretor Municipal
PENSAAR	Plano Estratégico Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais
PERSU	Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos
PGRH	Plano de Gestão da Região Hidrográfica
PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PMEPC	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil
PMOT	Planos Municipais de Ordenamento do Território

PNA	Plano Nacional da Água
PNAC	Programa Nacional das Alterações Climáticas
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PNSACV	Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina
PRN	Plano Rodoviário Nacional
PROF-A	Programa Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo
PROTA	Programa Regional de Ordenamento do Território do Alentejo
PSRN 2000	Plano Setorial da Rede Natura 2000
PUAFIPR	Plano de Urbanização da Área de Fracionamento Ilegal da Propriedade Rústica de Vila Nova de Milfontes
QE	Questões Estratégicas
QEPIC	Quadro Estratégico para a Política Climática
QRE	Quadro de Referência Estratégico
RA	Relatório Ambiental
RAN	Reserva Agrícola Nacional
RDA	Relatório de Definição de Âmbito
REN	Reserva Ecológica Nacional
RJAAE	Regime Jurídico da Avaliação Ambiental Estratégica
RJGT	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
RN2000	Rede Natura 2000
SIC	Sítio de Importância Comunitária
ZEC	Zona Especial de Conservação
ZPE	Zona de Proteção Especial

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	9
2. OBJETO DE AVALIAÇÃO.....	10
2.1. Localização Geográfica e Enquadramento.....	10
2.2. Objetivos Estratégicos.....	12
3. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PUAFIPR.....	14
3.1. Metodologia	14
3.1. Quadro de Referência Estratégico	16
3.2. Questões Estratégicas.....	17
3.3. Fatores Críticos para a Decisão.....	17
4. SÍNTESE DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA	19
5. MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL DO PUAFIPR	26
6. CONCLUSÕES	31
7. BIBLIOGRAFIA.....	32

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1: Enquadramento administrativo da área de intervenção do PUAFIPR	10
Mapa 2: Identificação dos lugares da AFIPR	11

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Quadro de Referência Estratégico do PUAFIPR	16
Quadro 2: Síntese da avaliação ambiental estratégica da PUAFIPR	20
Quadro 3: Indicadores de Monitorização do PUAFIPR	27

Esta página foi deixada em branco propositadamente.

1. INTRODUÇÃO

O documento que aqui se apresenta constitui o Resumo Não Técnico (RNT) do Relatório Ambiental (RA) da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do Plano de Urbanização da Área de Fracionamento Ilegal da Propriedade Rústica de Vila Nova de Milfontes (adiante designado por PUAFIPR).

O RNT é um documento que integra a AAE, editado de forma autónoma e que o objetivo de sumarizar e traduzir, em linguagem não técnica, o conteúdo do RA, tornando este documento mais acessível a um grupo mais alargado de interessados, sendo uma peça essencial no processo de participação do público, pois em muitos casos, a única fonte de informação de alguns segmentos da população interessada.

Diante do exposto, a visar o total esclarecimento ou aprofundamento de qualquer matéria no RNT contida, sugere-se a consulta direta do RA da AAE.

O processo da AAE inicia-se com a identificação dos temas centrais e mais relevantes para a avaliação, designados por Fatores Críticos para a Decisão (FCD), tendo estes sido objeto de pareceres por parte das Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAE). Posteriormente foi elaborado o RA no qual se identificam, descrevem e avaliam os eventuais efeitos significativos no ambiente resultante da aplicação da proposta do Plano.

Com a aprovação da proposta do plano será elaborada a Declaração Ambiental (DA) a ser entregue à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), que disponibilizará a sua consulta na página da internet.

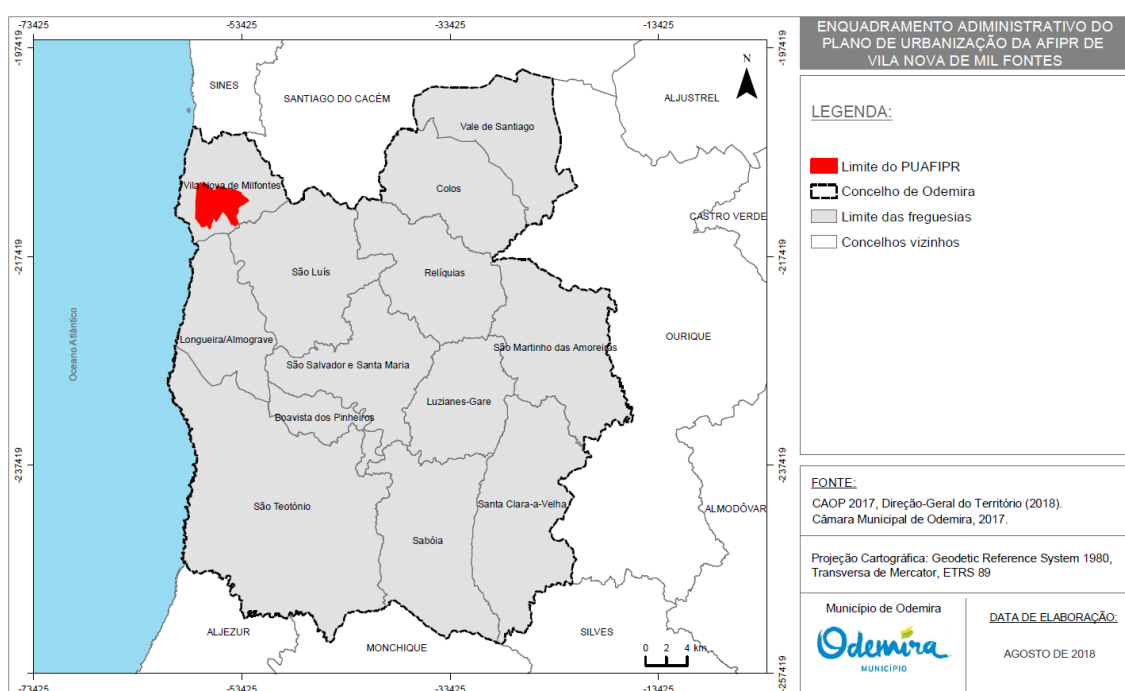
A fase posterior traduz-se no controlo dos efeitos identificados, através da análise dos indicadores descritos no RA (sistema de monitorização), devendo os resultados ser divulgados anualmente pelo Município de Odemira.

2. OBJETO DE AVALIAÇÃO

2.1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E ENQUADRAMENTO

A área de intervenção do Plano de Urbanização da Área de Fracionamento Ilegal da Propriedade Rústica de Vila Nova de Milfontes localiza-se no concelho de Odemira, adjacente ao aglomerado urbano de Vila Nova de Milfontes, freguesia à qual pertence, e abrange uma superfície de cerca de 1.289 ha.

Mapa 1: Enquadramento administrativo da área de intervenção do PUAFIPR



Elaborado por GeoAtributo, 2018.

Corresponde a uma área que é composta por nove lugares, nomeadamente: Pousadas Velhas; Malhadinhas; Caiada; Lagoa das Gansas; Freixial; Alpendurada; Foros da Pereira/Pereirinha; Brunheiras e Foros do Galeado. (Termos de Referência, CM de Odemira, 2012)

Mapa 2: Identificação dos lugares da AFIPR



Elaborado por GeoAtributo, 2018.

Inicialmente, a área de intervenção era constituída por cercas, coutos e brejos, a rede de pequenas explorações agrícolas era quase inseparável da vila. As herdades já referenciadas no séc. XVII eram: Pousadas, Alpendurada, Pereira, Freixial, Foros do Galeado, Forninhos, Barranco, Cela, Soudo, Adail, Aivados, Godins e Solevado. Algumas destas herdades foram colonizadas, ou nelas se constituíram cercas no regime de foros, que possibilitava ao rendeiro explorar a terra com carácter perpétuo.

Na década de 80, o Município de Odemira começou a tentar encontrar uma solução para o problema, e assim entre 1981 e 1986 tomou posse administrativa dos terrenos (Foros do Galeado, Brunheiras e Pousadas Velhas) e foram levadas a cabo algumas demolições. Posteriormente entre 1987 e 1988 o Município adquiriu as propriedades alvo de posse administrativa.

O Município passou a cobrar rendas sobre os seus terrenos, e não impossibilitava os rendeiros de efetuarem “benfeitorias” sobre os mesmos. Em 1996, as rendas deixaram de ser cobradas pelo Município de Odemira, na mesma altura em que o loteamento/plano municipal de Reversão Urbanística para as Brunheiras e Foros do Galeado. Esta proposta de loteamento/plano municipal, foi de tal modo interiorizada pela população e assumida pelo Município, que chegaram a ser demarcados no terreno as áreas destinadas aos lotes, aos arruamentos, aos espaços verdes e aos equipamentos, e nalgumas situações pontuais, concedidas autorizações nominais aos residentes para construção de casas em determinados lotes.

No entanto, este exercício de planeamento não estava revestido de efeitos legais nem estava articulado com o complexo processo de elaboração do PDM do concelho, levando a que o plano não tivesse acolhimento pelas entidades superiores.

Após a impossibilidade de implementar a proposta de loteamento/plano de reconversão urbanística, surgiu uma nova hipótese de retomar os trabalhos com vista à resolução do problema, através da criação de um Gabinete Técnico Local. Durante os dois anos de funcionamento, o trabalho desenvolvido pelo gabinete não mobilizou a população, devido às expectativas anteriormente frustradas e pela consequente degradação da confiança face às instituições envolvidas.

Ao longo dos anos a construção na Área de Fracionamento Ilegal da Propriedade Rústica continuou a crescer com total desrespeito pelos regulamentos, não obstante as medidas de tutela da legalidade urbanística ordenadas.

2.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A elaboração do presente Plano visa a qualificação da imagem, funcionalidade e vivência urbana, através de um plano eficaz, que sirva de apoio à gestão e desenvolvimento urbanístico de um território cheio de carências e problemáticas de várias géneses.

Os estudos e propostas a desenvolver no âmbito do Plano devem desenvolver e concretizar objetivos e as ações programáticas:

MORFOLOGIA E ESTRUTURA URBANA

- Delimitar um zonamento para a AFIPR coeso e coerente, com a máxima preservação dos espaços agrícolas, agro-silvo-pastoris e proteção e valorização ambiental;
- Promover a alteração do uso do solo em algumas zonas da AFIPR, assim como a exclusão de áreas afetas a Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, tendo em conta a proposta de Plano;
- Conter a ocupação em núcleos edificados e manter o restante espaço como solo rural;
- Promover a devida articulação com a Estrutura Ecológica Municipal.
- Promover a recuperação de áreas edificadas de génese ilegal, organizando unidades territoriais coerentes, conferindo-lhes uma adequada estrutura e articulação com a envolvente e disciplinando a sua evolução futura;
- Consolidação da malha urbana dos espaços com características urbanas;
- Delimitação de novos aglomerados rurais, quando necessário e justificado;
- Preenchimento dos espaços intersticiais vazios ao longo dos arruamentos existentes;
- Regulamentar a intervenção no tecido edificado existente.

ESTRUTURA VIÁRIA

- Previsão de uma via de entrada/saída do aglomerado urbano de Vila Nova de Milfontes (eixo Vila Nova de Milfontes – Pousadas Velhas/Malhão);
- Consolidação e/ou reestruturação dos arruamentos existentes;
- Integração da Ciclovía, projeto do programa Polis Litoral Sudoeste;
- Reorganização do sistema viário, articulando a rede existente com uma nova proposta, de forma a responder à atual desorganização viária e eliminar áreas de impasse;
- Reperfilamento das vias existentes;
- Previsão de áreas de circulação pedonal garantindo acessibilidade para todos;
- Previsão de áreas de estacionamento, devidamente enquadradas no meio urbano, que respondam positivamente a situações pontuais de maior afluência de tráfego nas áreas centrais.

ESTRUTURA VERDE

- Salvar as áreas estratégicas de produção agrícola e florestal e os valores naturais e ambientais;
- Reabilitar ambiental e paisagisticamente os espaços que o requeiram e a manutenção dos valores ambientais e paisagísticos existentes;
- Valorização e manter as espécies arbóreas e arbustivas existentes, procedendo à substituição de algumas espécies infestantes e descaracterizadas;
- Valorização do espaço público no sentido de promover o convívio, evitando uma estrutura urbana densa.
- Previsão de áreas destinadas a espaços verdes e de utilização coletiva a integrar a Estrutura Ecológica Municipal;
- Determinar regras sobre a instalação deste tipo de espaços, preferencialmente criando sinergias em complementaridade a serviços e equipamentos.

EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA

- Previsão de áreas destinadas a equipamentos de utilização coletiva e infraestruturas, garantindo a futura organização funcional da área, tendo em conta a proximidade de Vila Nova de Milfontes e as infraestruturas e equipamentos que aí existem;
- Estabelecer regras sobre a implantação destes equipamentos.

AÇÕES PROGRAMÁTICAS:

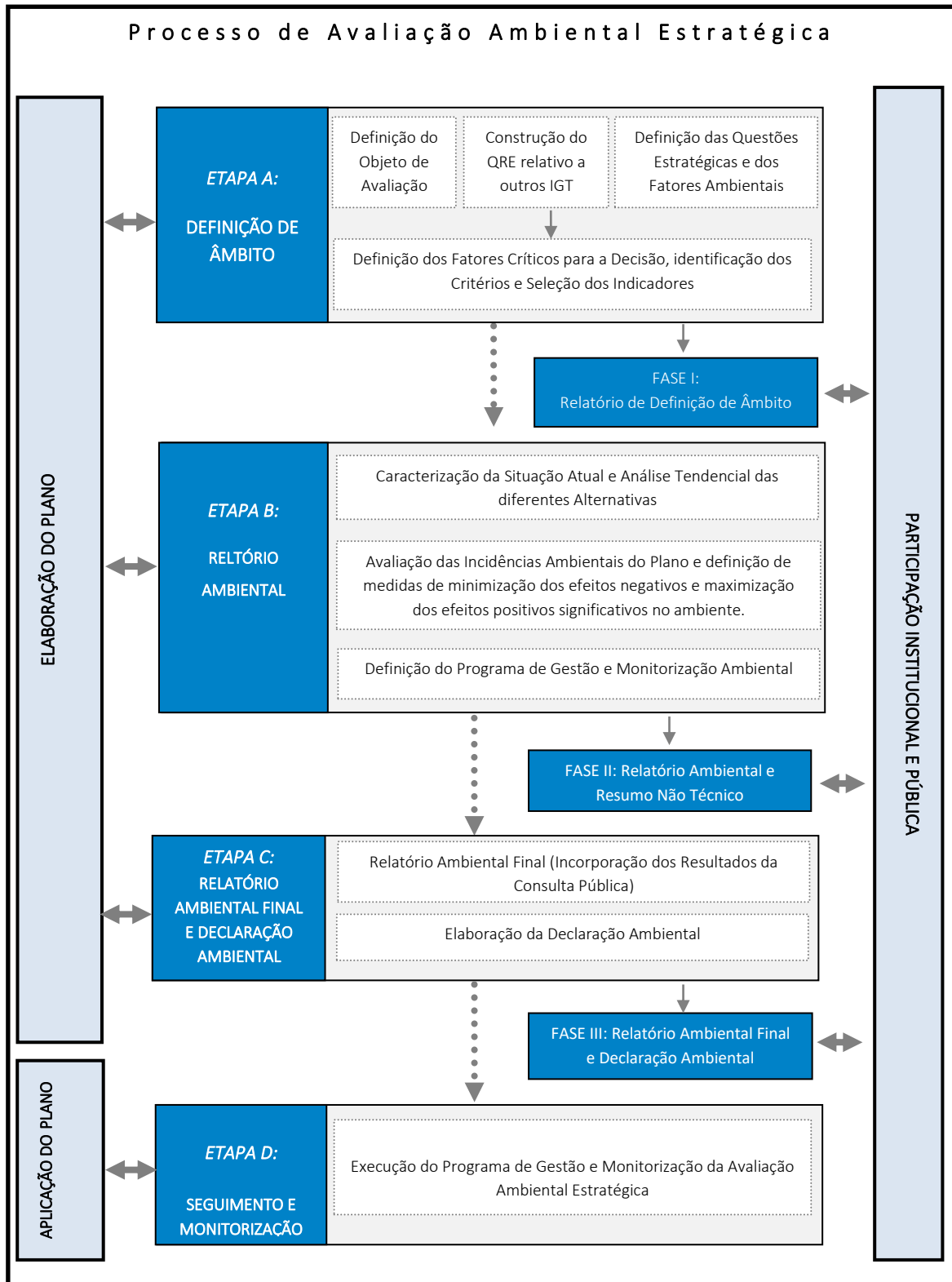
- Inventariar os edifícios e as construções existentes, a demolir e a manter;
- Estabelecer uma política de realojamento na sequência das medidas de tutela de legalidade, nomeadamente de demolições, e respetivos princípios regulamentares;
- Constituir e garantir uma reserva de solos municipais, fundamentais na gestão urbanística da área;
- Garantir soluções adequadas em matéria de abastecimento de água, tratamento e reutilização de efluentes, bem como de gestão de resíduos e energia;

3. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PUAFIPR

A AAE do PUAFIPR visa reforçar a incorporação dos fatores ambientais, sociais e económicos na estratégia do plano, potenciando os impactos positivos e minimizando os negativos através da definição de recomendações e, estabelecendo medidas de monitorização que permitam aferir e ajustar os efeitos resultantes da implementação do plano.

3.1. METODOLOGIA

O processo de AAE deve garantir que os efeitos ambientais das soluções do plano são tidos em consideração durante a sua elaboração, no sentido de dar resposta à integração da AAE no seu processo. Para o processo da AAE do PUAFIPR foram estabelecidas quatro etapas, que asseguram a incorporação de uma programação articulada com o processo de elaboração do plano:



3.1. QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO

Na presente AAE foram identificados e analisados os instrumentos de ordenamento do território de âmbito nacional, regional e local, que definem objetivos e/ou metas de suscetibilidade e que enquadram estrategicamente o plano.

Quadro 1: Quadro de Referência Estratégico do PUAFIPR

ÂMBITO	INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
NACIONAL	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)
	Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN 2000)
	Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (POPNSACV)
	Plano Rodoviário Nacional (PRN 2000)
	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB 2030)
	Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD 2014 – 2020)
	Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2015)
	Agenda 2030 para o Desenvolvimento sustentável (Agenda 2030)
	Programa de Ação para as Alterações Climáticas 2020-2030 (P-3AC)
	Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC 2020)
	Quadro Estratégico para a Política Climática (QEPiC)
	Plano Nacional Energia e Clima 2020 (PNEC 2020)
	Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050)
	Estratégia Nacional para o Ar 2020 (ENAR 2020)
	Plano Estratégico Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2020 (PENSAAR 2020)
	Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2014-2020 (PERSU 2020)
	Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2020+ (PERSU 2020+)
	Plano Nacional da Água (PNA)
	Plano de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) do Sado e Mira
	Estratégia Turismo 2027 (ET 2027)

ÂMBITO	INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
REGIONAL	Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROTA)
	Programa Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo (PROF-ALT)
MUNICIPAL	Plano Diretor Municipal (PDM)
	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI)

3.2. QUESTÕES ESTRATÉGICAS

A identificação das questões estratégicas tem como objetivo definir as intenções e o alcance do plano e perceber qual é o seu potencial estratégico e as suas implicações ambientais. Desta forma, foram sistematizadas as seguintes questões estratégicas:

- Planear a funcionalidade urbana, garantindo o acesso a espaços públicos de qualidade, equipamentos e infraestruturas básicas, enquadrando-os com uma solução de acessibilidade compatível com as oscilações sazonais existentes.
- Planear e estruturar o território, recuperando as áreas edificadas de génese ilegal e consolidando a malha urbana com um zonamento adaptado às necessidades da população.
- Proteger e respeitar os valores naturais presentes e a requalificação ambiental, fomentando o seu potencial turístico tendo em conta a sua localização estratégica, e limitando as tendências de fixação de segunda residência.

3.3. FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

Os Fatores Críticos para a Decisão constituem as janelas de observação, destinados a focar a atenção sobre o que é realmente importante para a avaliação, seguindo o princípio da simplicidade. Correspondem aos temas chave e estabelecem o foco da AAE, a estrutura da avaliação e os estudos técnicos relativos à análise de tendências (Partidário, 2012).

Face ao exposto, no caso particular da AAE do PUAFIPR, propõe-se a definição de três FCD:

- **Estrutura Ecológica:** permitirá avaliar se a proposta não afeta negativamente os valores associados à biodiversidade, habitats naturais, paisagem e aos recursos hídricos, valorizando-os e promovendo-os enquanto recursos naturais potenciadores do desenvolvimento sustentável do concelho.
- **Estrutura Urbana:** permitirá analisar o contributo do plano para aumento da qualidade de vida da população, através da melhoria/beneficiação das infraestruturas básicas (rede viária, saneamento, abastecimento de água, gestão de resíduos, luz pública) e ampliação da rede de equipamentos.
- **Estrutura Económica e População:** permitirá analisar o contributo do plano para a resolução de carências sociais, para o desenvolvimento da economia local, através da promoção da atratividade turística em termos de capacidade instalada, infraestruturas e equipamentos de apoio e divulgação turística.

4. SÍNTESE DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

De seguida é apresentada uma síntese as principais conclusões da análise ao nível das oportunidades e das ameaças geradas pela implementação do PUAFIPR, bem como a síntese das medidas de planeamento propostas no sentido de potenciar e mitigar, respetivamente, os impactes positivos e os negativos identificados.

Quadro 2: Síntese da avaliação ambiental estratégica da PUAFIPR

FCD	ASPETOS POSITIVOS	ASPETOS NEGATIVOS	RECOMENDAÇÕES
Estrutura Ecológica	- Extensa área de elevado valor natural e paisagístico: a AFIPR encontra-se na totalidade abrangida pelo SIC Costa Sudoeste, parcialmente pela ZEP da Costa Sudoeste e pelo Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina; - Proximidade à Praia do Malhão; - Diversidade de habitats naturais e elevada presença de espécies florísticas e faunísticas, salientando-se os Charcos Temporários Mediterrânicos (3170*); - Presença do Centro de Interpretação dos Charcos Temporários Mediterrânicos; - Extensa área com potencial agrícola; - Uma vez que a delimitação do espaço urbano foi a representação do que efetivamente está consolidado, acredita-se que nas áreas urbanas propostas não há ocorrência de habitats, uma vez que se trata de áreas profundamente humanizadas; - Quando há identificação de probabilidade de ocorrência de habitats dentro dos espaços urbanos, estas áreas são propostas como espaços verdes de proteção ecológica (usufruição pública ainda que associada à contemplação); - Delimitação de espaços naturais e paisagísticos, que constituem o património natural mais sensível nos aspetos ecológico, paisagístico e ambiental;	- Existência de situações com potenciais incidências ambientais: - poluição em espaço agrícola refere-se à produção essencialmente de suínos, bovinos e aves; - conjunto de unidades industriais de diversas naturezas (oficinas de reparação automóvel, estaleiros de construção civil, carpintarias/ serrações), que causam grandes impactes visuais devido à falta de qualidade das construções e de arrumação do espaço; - as sucatas detêm elevada presença, com problemas associados à contaminação do solo por derrames de líquidos e poluição sonora originada pelas operações de desmantelamento e transporte; - deposição ilegal de uma vários de tipos de resíduos, dos quais se destacam os resíduos provenientes do setor da construção civil, deposição de mobiliários, eletrodomésticos, consumíveis, peças de automóveis, entre outros, que pode provocar a contaminação dos cursos de águas superficiais e subterrâneas, bem como a degradação paisagística do território; - utilização de fossas sépticas pode constituir-se como um potencial problema de saúde pública, uma vez que, devido à falta de limpeza e manutenção periódica, existe o risco de contaminação das águas dos poços/furos que se encontrem localizadas nas	- Potenciar o “desenvolvimento sustentável”, designadamente através do apoio a intervenções que contribuam diretamente para os objetivos e metas de sustentabilidade, inscritos nas estratégias e instrumentos de política, nacionais e internacionais; - Promover ações de sensibilização que visem a adoção de atitudes e comportamentos ambientalmente adequados, tendo em vista a preservação e valorização paisagística, em especial dos habitats naturais presentes na AFIPR e sua envolvente; - Promover ações ou a divulgação de informações que visem a sensibilização dos utilizadores dos espaços a adotar atitudes e comportamentos ambientalmente adequados; - Na agricultura, apostar numa utilização racional dos fertilizantes e pesticidas, assim como na introdução da agricultura biológica; - Efetuar um levantamento sistemático dos principais focos de contaminação assim

FCD	ASPETOS POSITIVOS	ASPETOS NEGATIVOS	RECOMENDAÇÕES
	- É proposto o desenvolvimento da rede de saneamento nas áreas que apresentam uma maior consolidação e densidade populacional e a criação de estações de tratamento de água residuais compactas nos aglomerados mais isolados; - Propõem-se o aumento do número de contentores e ecopontos para a deposição dos resíduos indiferenciados e recicláveis; - Delimitação de uma área em Alpendurada (fora da área do PNSACV e desnaturalizada) destinada ao acolhimento de atividades económicas, que servirão principalmente para acolher as possíveis atividades económicas disseminadas pela AFIPR e que deverão ser realocizadas; - A área proposta para o acolhimento de atividades económicas situa-se nas proximidades da principal via que atravessa a freguesia – ER 390 – o que facilitará a receção de matérias-primas, energia e o escoamento de produtos fabricados. Igualmente, seria elementar que se localizasse dentro da AFIPR de forma a que a deslocação das unidades industriais seja na sua proximidade favorecendo a receptividade dos proprietários. - De forma a não produzir impactos ambientais negativos no ambiente, não é permitindo a alocação de estabelecimentos e/ou indústrias sujeitas aos regimes de Avaliação de Impacte Ambiental, Diretiva SEVESO ou ao licenciamento ambiental pela entidade reguladora para a Prevenção e Controlo Integrados da Poluição.	- proximidades destas, e consequentemente originar implicações ao nível da saúde dos seus utilizadores - Descontinuidade e desorganização do espaço público e mau estado de conservação do edificado, que conduz a uma imagem negativa da área; - Degradação dos valores naturais em presença.	- como dos locais potencialmente mais contaminados; - Manter a correta salvaguarda, proteção e valorização de cada um dos subsistemas que constituem a REN; - Potenciar uma adequada deposição de entulhos respeitando as normas em vigor e equacionando a necessidade de proceder a uma campanha de sensibilização; - Continuar com a correta articulação das infraestruturas de lazer e recreio com o meio natural envolvente; - Promover entre os empreendimentos turísticos, aldeamentos e hotéis em solo rural a adoção de medidas ambientais para a eliminação correta dos seus resíduos e efluentes, de forma a melhorar o seu desempenho ambiental; - Potenciar a criação de novas vias pedonais e de ciclovias, de forma a aumentar a mobilidade através de modo suaves e contribuir para o desenvolvimento turístico e sustentabilidade ambiental; - Quando possível, deverá se adotar a

FCD	ASPETOS POSITIVOS	ASPETOS NEGATIVOS	RECOMENDAÇÕES
Estrutura Urbana	- Existência de dois núcleos populacionais estruturantes: Brunheiras e Foros de Galeado; - Presença de um recinto para a realização de feiras mensais, nomeadamente o Mercado das Brunheiras; - Presença de duas escolas primárias; - A proposta propõe uma transformação do solo, com vista a solucionar o fracionamento ilegal da propriedade, assim como promover uma qualificação da imagem, funcionalidade e vivência urbana dos habitantes; - Delimitação de espaços verdes em espaço urbano, mostrando a importância que o Município proporciona à existência de áreas verdes em ambiente urbano; - Em relação às propostas de atuação, nas áreas definidas como espaço urbano, prevê-se a superação das ilegalidades face ao regime de fracionamento da propriedade, através de procedimentos de reclassificação de solo rústico para urbano; - As edificações que permanecerem fora dos espaços urbanos, a sua legalização assentará num conjunto de princípios: - Apenas serão admitidos armazéns/anexos para apoio agrícola; - Não serão admitidas as recuperações de ruínas, assim como não serão legalizados os edifícios que se encontrem em estado devoluto/desocupadas;	- Edificação dispersa em solo rural, de génese ilegal; - Elevado número de habitações com condições precárias e/ou sobrelotadas; - Aumento de construções ilegais recentes nos lugares de Pousadas Velhas, Lagoa dos Gansos e Malhadinhas; - A inexistência de critérios urbanísticos, permitiu o surgimento de conjuntos urbanos desorganizados e sem qualquer preocupação por questões de higiene e estética, o que acabou por contribuir para uma degradação da paisagem; - Continuação da elevada pressão imobiliária na área da AFIPR, decorrente da escassez da oferta de solo urbano na freguesia de Vila Nova de Milfontes; - Em relação à rede viária: 85% das vias na área do plano são em terra batida/brita, ausência de passeios, estacionamento, passadeiras. Problemas que levam a elevadas concentrações de pó no verão, enquanto ao longo do inverno o piso apresenta significativas irregularidades (buracos) criando obstáculos à circulação automóvel; - Em termos de infraestruturas, atualmente: - Inexistência de rede de drenagem de águas residuais em toda a área da AFIPR; - A rede de abastecimento de água não abrange a totalidade da AFIPR;	- utilização de pavimentos permeáveis ou semipermeáveis em detrimento dos impermeáveis; - Continuar com a aposta numa estratégia de consolidação do solo urbano em detrimento da dispersão da construção, através do fomento da centralidade e a nuclearização das áreas urbanas nomeadamente; - Manter a correta promoção e valorização dos espaços verdes urbanos; - Promover a criação de espaços destinados a prestar apoio aos idosos, crianças e população imigrante. - Continuar com a progressiva requalificação da rede rodoviária, pois esta melhoria das acessibilidades produzirá efeitos positivos sobre a qualidade de vida das populações e sobre o desenvolvimento económico; - Garantir que as águas residuais descarregadas pela ETAR existente apresentam um grau de tratamento adequado, assegurando o cumprimento das normas de descargas constantes na legislação em vigor;

FCD	ASPETOS POSITIVOS	ASPETOS NEGATIVOS	RECOMENDAÇÕES
	· Não serão admitidas as rulotes e pré-fabricados, devendo ser demolidas quaisquer estruturas fixadas no solo e promover a limpeza da parcela através da remoção dos entulhos e rulote. · A proposta de expansão de solo urbano tem como objetivo o realojamento da população cujas habitações terão de ser demolidas (98 habitações de residente permanente e 68 de férias; · Em relação à rede de abastecimento de água e saneamento, encontra-se prevista a expansão de forma a abranger todas as edificações presentes em espaço urbano; · Previsão de aumentar do número de contentores indiferenciados (+70) e ecopontos (+47) de forma a abranger e servir toda a população residente; · Em termos da rede viária, está prevista a pavimentação, assim como o estabelecimento de passeios e estacionamento; · Encontra-se proposta uma ciclovia que permitirá efetivamente uma rápida ligação de Vila Nova de Milfontes a um dos pontos turísticos mais importante, a Praia do Malhão; · Encontra-se previsto um conjunto de espaços preferências para a afetação a equipamentos que após a auscultação da população local, deveriam ser direcionado para o apoio aos idosos, ou para ocupação e formação da população jovem e ainda destinar-se no que respeita ao	· Existe algumas fragilidades na quantidade de contentores para deposição de lixo; · Em termos de iluminação pública foram detetadas alguns aglomerados cuja densidade é insuficiente.	· Monitorizar a capacidade de oferta e tipologias de equipamentos sociais face às necessidades e características da população abrangida.

FCD	ASPETOS POSITIVOS	ASPETOS NEGATIVOS	RECOMENDAÇÕES
	apoio e inclusão da população emigrante que tem forte incidência na AFIPR.		
Estrutura Económica e População	. Aumento da população residente nas últimas décadas (em 2011 correspondia a 40% da população da freguesia de Vila Nova de Milfontes). De acordo com o trabalho de campo realizado foram contabilizados 1.021 indivíduos permanentes, bem como 245 indivíduos que residem apenas temporariamente; . Cerca de 21% (98 indivíduos) da população empregada, encontra-se dedicada às atividades agrícola, pecuária e pesca (grosso modo corresponde à população imigrante); . Presença de áreas com potencial agrícola (1.165 ha afetos à atividade agrícola, silvícola e pecuária); . Dinâmica produtiva agrícola e agropecuária em grande escala, criada pelas infraestruturas hidroagrícolas recentemente criadas no concelho; . Imagem positiva de Vila Nova de Milfontes, associada à existência de recursos naturais de qualidade, como é o caso das praias e do turismo em espaço rural, bem como da sua identidade, diversidade e singularidade; . Os lugares de Brunheiras e Galeado apresentam uma densidade populacional e de edificação próxima de áreas urbanas; . Graças à sua localização privilegiada no sudeste alentejano e à sua proximidade à foz do rio Mira, o setor	. Abandono gradual das atividades agrícolas e pecuárias extensivas, e as existentes são grosso modo de reduzida dimensão e mais de cariz familiar e a produção é para usufruto familiar ou para venda, mas em reduzida escala; . Défice de zonas de fixação de empresas na área da freguesia de Vila Nova de Milfontes; . Reduzido apoio por parte de familiares e/ou instituições a pessoas idosas e/ou isoladas, tendo sido referido pela população que encontra-se em falta um conjunto de equipamentos que prestem apoio aos idosos e jovens; . Forte incidência de famílias com baixos níveis de escolaridade (dos inquiridos 26,3% possui apenas o 1º ciclo do ensino básico e 14,61% possui o 2º e 3º ciclo do ensino básico); . Aumento do número de famílias em situação de pobreza e exclusão social devido à crise económica e social (dos inquiridos 34% agregados familiares possuem rendimentos entre os 581 e 1000 euros e 29% agregados familiares com rendimentos inferiores a 580 euros); . Precariedade crescente nas relações laborais e ausência de oportunidades de emprego qualificado; . Aumento exponencial do número de imigrantes (associado ao acréscimo das explorações agrícolas de	

FCD	ASPETOS POSITIVOS	ASPETOS NEGATIVOS	RECOMENDAÇÕES
	do turismo apresenta elevada na freguesia de Vila Nova de Milfontes; . Oferta diversificada de estabelecimentos turísticos (2) e alojamento local (8) na AFIPR; . A proposta do plano define um espaço de ocupação turística em espaço rústico, que se localiza no lugar de Pereirinha, correspondente ao Monte dos Parvos. Contudo, é ainda permitida a existência de empreendimentos turísticos isolados em espaços agrícolas; . Elevada presença de segundas habitações (identificadas 127 habitações), cuja função passa por alojar população em períodos de férias, mostrando a atratividade que esta área detém no que se refere ao turismo; . Com a deslocalização das atividades económicas para os espaços de atividades económicas permitirá a requalificação e valorização das áreas nas quais algumas unidades se foram instalando ao longo dos tempos, sendo que essa deslocalização poderá criar novas oportunidades para a organização e valorização dos aglomerados; . Desenvolvimento da política pública nacional para habitação e abertura de linhas de apoio ao financiamento de habitação condigna (1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação).	carácter intensivo) que vivem em habitação sobrelotadas; . Elevado número de desempregados sem subsídio de desemprego; . Sazonalidade da atividade económica: empregos sazonais nos setores agrícolas e do turismo.	

5. MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL DO PUAFIPR

Na monitorização do plano a utilização de indicadores é uma ferramenta essencial na gestão e avaliação das opções tomadas, permitindo monitorizar os impactes estratégicos resultantes da implementação das opções estratégicas do PUAFIPR.

Os resultados da monitorização deverão ser remetidos, pela Camara Municipal de Odemira, à Agência Portuguesa do Ambiente, com uma periodicidade anual, devendo, simultaneamente, proceder-se à sua divulgação pública.

Quadro 3: Indicadores de monitorização do PUAFIPR

DOMÍNIOS	INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	PERIODICIDADE	FONTES DE INFORMAÇÃO	META
Estrutura Ecológica	Taxa de execução dos espaços verdes coletivos previstos	%	Bienal	CM de Odemira	100% no horizonte do PUAFIPR
	Espaços verdes cedidos em alvarás de loteamento	ha/m ²	Bienal	CM de Odemira	100% no horizonte do PUAFIPR
	Área integrada em Reserva Agrícola Nacional	ha/m ²	Bienal	DRAP/CM de Odemira	-
	Área integrada em Reserva Ecológica Nacional	ha/m ²	Bienal	CCDR/CM de Odemira	-
	Medidas de proteção dos habitats prioritários	N.º	Quinquenal	CM de Odemira	Tendência crescente (indicador de evolução)
	Intervenções de valorização e preservação nos habitats presentes	N.º	Quinquenal	CM de Odemira	Tendência crescente (indicador de evolução)
Estrutura Urbana	Taxa de ocupação do solo urbano proposto	%	Bienal	CM de Odemira	Tendência crescente (indicador de evolução)
	Áreas livres em perímetro urbano	ha/m ²	Bienal	CM de Odemira	Tendência diminuição (indicador de evolução)
	Grau de execução das Unidades de Execução	%	Quinquenal	CM de Odemira	100% no horizonte do PUAFIPR
	Destaques/fracionamento realizados em solo urbano	N.º	Quinquenal	CM de Odemira	Tendência crescente (indicador de evolução)
	Destaques/fracionamento de propriedades rústicas	N.º	Quinquenal	CM de Odemira	Tendência crescente (indicador de evolução)
	Densidade de edificação em solo urbano	Edif/ha	Quinquenal	CM de Odemira	Tendência crescente (indicador de evolução)
	Densidade de edificação em solo rústico	Edif/ha	Quinquenal	CM de Odemira	Tendência diminuição (indicador de evolução)
	N.º de edifícios requalificados	N.º	Quinquenal	CM de Odemira	Tendência crescente (indicador de evolução)
	N.º de alojamentos de habitação sazonal (férias) ou segundas residências	N.º	Censitário	INE	30% do total

DOMÍNIOS	INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	PERIODICIDADE	FONTES DE INFORMAÇÃO	META
	Alojamentos vagos	N.º	Censitário	INE	10% do total
	Número de processos de obras de edificação registados	N.º	Bienal	CM de Odemira	Tendência crescente (indicador de evolução)
	Número de licenças concedidas	N.º	Bienal	CM de Odemira	Tendência crescente (indicador de evolução)
	Número de obras de edificação concluídas	N.º	Bienal	CM de Odemira	Tendência crescente (indicador de evolução)
	Número de licenças de utilização concedidas	N.º	Bienal	CM de Odemira	Tendência crescente (indicador de evolução)
	Demolições de edificações por tipo	N.º	Quinquenal	CM de Odemira	Tendência diminuição (indicador de evolução)
	Fogos construídos para realojamento de famílias	N.º	Quinquenal	CM de Odemira	Abranger a totalidade das famílias realojadas
	Construção de infraestruturas de saneamento básico	km	Quinquenal	CM de Odemira	100% no horizonte do PUAFIPR
	Proporção da população servida por rede de abastecimento de água	%	Bienal	INE/CM de Odemira	90% no horizonte do PUAFIPR
	Construção de infraestruturas de abastecimento de água	km	Quinquenal	CM de Odemira	100% no horizonte do PUAFIPR
	Proporção da população servida por rede de abastecimento de água	%	Bienal	INE/CM de Odemira	90% no horizonte do PUAFIPR
	Pontos de recolha de resíduos	N.º	Quinquenal	CM de Odemira	100% no horizonte do PUAFIPR
	Proporção de população servida por recolha de resíduos urbanos	%	Bienal	INE/CM de Odemira	90% no horizonte do PUAFIPR
	Equipamentos existentes	N.º	Bienal	CM de Odemira	Tendência manter
	Intervenções nos equipamentos existentes	N.º	Quinquenal	CM de Odemira	Pelo menos uma em cada equipamento
	Taxa de execução da área afeta a equipamentos	%	Quinquenal	CM de Odemira	100% no horizonte do PUAFIPR
	Rede viária construída	km	Quinquenal	CM de Odemira	100% no horizonte do PUAFIPR

DOMÍNIOS	INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	PERIODICIDADE	FONTES DE INFORMAÇÃO	META
	Rede viária requalificada	km	Quinquenal	CM de Odemira	100% no horizonte do PUAFIPR
	N.º de estacionamento criados	N.º	Quinquenal	CM de Odemira	100% no horizonte do PUAFIPR
	Rede pedonal construída	km	Quinquenal	CM de Odemira	100% no horizonte do PUAFIPR
	Cobertura da rede de transportes públicos	%	Quinquenal	CM de Odemira	70% no horizonte do PUAFIPR
	Rede ciclável construída	km	Quinquenal	CM de Odemira	100% no horizonte do PUAFIPR
Estrutura Económica e População	População residente por setor de atividade	%	Censitário	INE	-
	Atividades económicas existentes	N.º	Bienal	CM de Odemira	Tendência diminuição (indicador de evolução)
	Atividades económicas relocadas	N.º	Quinquenal	CM de Odemira	Totalidade das empresas existentes
	Número de explorações agropecuárias por tipo	N.º	Bienal	CM de Odemira	Tendência crescente (indicador de evolução)
	Número de explorações agrícolas por tipo de produção	N.º	Bienal	CM de Odemira	Tendência crescente (indicador de evolução)
	Licenciamentos da atividade agrícola e pecuária realizados	N.º	Bienal	CM de Odemira	Tendência crescente (indicador de evolução)
	Capacidade hoteleira	N.º	Quinquenal	TP/CM de Odemira	-
	Taxa de ocupação hoteleira	%	Quinquenal	TP/CM de Odemira	-
	Agentes de Animação Turística	N.º	Quinquenal	TP/CM de Odemira	-
	Agregados familiares permanentes	N.º	Censitário	INE/CM de Odemira	Tendência crescente (indicador de evolução)
	Agregados familiares temporários	N.º	Censitário	INE/CM de Odemira	Tendência diminuição (indicador de evolução)
	Densidade populacional em solo urbano	Hab/km ²	Censitário	INE/CM de Odemira	Tendência crescente (indicador

DOMÍNIOS	INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	PERIODICIDADE	FONTES DE INFORMAÇÃO	META
					de evolução)
	Dimensão e composição das famílias	N.º	Censitário	INE/CM de Odemira	-
	População residente por nível de escolaridade	N.º	Censitário	INE/CM de Odemira	-
	Proporção de população imigrante	N.º	Bienal	SEF/CM de Odemira	Tendência crescente (indicador de evolução)
	Beneficiários de RSI, pensionistas e reformados	N.º	Bienal	INE/CM de Odemira	Tendência manter
	Taxa de risco de pobreza	N.º	Quinquenal	INE/CM de Odemira	-
	Proporção de idosos com apoio social (serviço domiciliário, frequenta centro de dia, ...)	%	Bienal	CM de Odemira	Tendência crescente (indicador de evolução)
	Proporção de pessoas que vivem em solidão e sem apoio familiar e social	%	Bienal	CM de Odemira	Pretende-se atingir valores nulos

6. CONCLUSÕES

O procedimento de AAE constitui-se como um instrumento de apoio à tomada de decisão no âmbito do processo de planeamento, através da identificação e avaliação de FCD consentâneos com os objetivos estratégicos do PUAFIPR.

O processo da AAE permitiu a identificação de objetivos de proteção ambiental, efeitos significativos e medidas preventivas, associadas às propostas do plano, apontando igualmente, um conjunto de recomendações (ou medidas de planeamento) que visam a mitigação dos eventuais efeitos negativos e potenciação dos efeitos positivos sobre o ambiente.

7. BIBLIOGRAFIA

APA (2011), “Guia para a integração da prevenção de acidentes graves na avaliação ambiental estratégica dos planos municipais de ordenamento do território”, Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora.

Câmara Municipal de Odemira (2002), “Caracterização da Área de Fraccionamento Ilegal da Propriedade Rústica: A Óptica das Instituições/Organizações”, Gabinete de Vila Nova de Milfontes.

Câmara Municipal de Odemira (2009) “Relatório da Área de Fraccionamento Ilegal da Propriedade Rústica”.

Câmara Municipal de Odemira (2011), “Que passado e que futuro?”, Divisão de Ordenamento, Planeamento e Obras, setembro de 2011.

Câmara Municipal de Odemira (2012), “Termos de Referência: Plano de Urbanização da Reconversão da Área de Fraccionamento Ilegal da Propriedade Rústica de Vila Nova de Milfontes”, outubro de 2012.

DGOTDU (2008), “Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território”, Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa.

Partidário, Maria do Rosário (2007), “Guia das Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações Metodológicas”, Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora.

Partidário, Maria do Rosário (2012), “Guia de melhores práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações metodológicas para um pensamento estratégico em AAE”, Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora.

7.1. LEGISLAÇÃO

Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho: estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente.

Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio: procede à alteração do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho.

Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio: aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro.

Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro: procede à reorganização administrativa do território das freguesias.